

Discurso de Rui Patrício, ministro dos Negócios Estrangeiros português, na cerimónia de assinatura do Acordo Comercial entre Portugal e a CEE (Bruxelas, 22 Julho 1972)

É para mim uma honra representar o governo do meu país nesta cerimónia.

As negociações que temos levado a cabo com as Comunidades permitiram chegar aos acordos que acabam de ser assinados.

O Governo português está plenamente consciente da importância e do significado destes actos.

Referi, claramente, em 24 de Novembro de 1970, aquando do início dos nossos contactos, que Portugal estava disposto a ir o mais longe possível relativamente às relações com as Comunidades. Os resultados obtidos permitem afirmar que ultrapassámos uma etapa importante na via do grande destino que é o de todos nós, ou seja estreitar os laços entre os países da Europa ocidental. Estamos verdadeiramente empenhados no sucesso deste empreendimento, que embora ambicioso é necessário. Creio poder afirmar que todos nós queremos que ele se estenda a áreas cada vez mais vastas. Aquilo que estamos a fazer neste momento mais não é do que um passo, necessário e essencial, nesse sentido.

Temos hoje perante nós a realização daquilo que há muito ambicionávamos. Com efeito, acabámos de estabelecer conjuntamente, segundo modalidades que as circunstâncias tornaram necessárias e baseando-nos na grande realidade que são as Comunidades, um vasto espaço europeu no que diz respeito às trocas de produtos industriais. Isto representa um passo extremamente importante na via da integração da Europa. O funcionamento da livre troca que vai ser estabelecido segundo os nossos acordos permitirá, estou convicto, mostrar que tínhamos razão quando afirmávamos a nossa vontade de nos unir a um sistema único e eficaz. A experiência dos últimos anos preparou-nos para a tarefa que temos perante nós.

Neste espírito de iniciativa e de progresso, creio dever fazer menção ao desejo que é o nosso e no qual insistiremos sempre, de ver a nossa cooperação alargar-se também a áreas que são essenciais para Portugal. Ao longo das negociações, sublinhámos o peso da nossa agricultura no comércio externo português e a importância para Portugal de ver respeitado o princípio de não recuar no grau de liberalização das trocas já alcançado na Europa. Estou firmemente convencido de que a marcha do tempo e a experiência adquirida permitir-nos-ão, na devida altura, fazer com que certas necessidades da economia portuguesa e certas disparidades de desenvolvimento, nomeadamente no que concerne a tecnologia, possam ser consideradas, de forma a satisfazer tanto os interesses do meu país como os das Comunidades.

Neste momento, não queria deixar de sublinhar que muitas das disposições inseridas nos acordos irão facilitar consideravelmente o indispensável progresso da industrialização do meu país.

Por outro lado, a admissão do carácter evolutivo do acordo com a CEE permite antever que o objectivo de criar uma Europa verdadeiramente solidária será atingido para o bem comum, nos próximos anos.

É para mim um agradável dever afirmar, aqui, o quanto fomos sensíveis aos esforços por parte de todos os Governos, organismos e serviços das Comunidades para tornar possíveis os acordos obtidos. A excepcional competência e a paciência incansável daqueles que tinham por missão negociar ou definir os termos das soluções de compromisso merecem bem a homenagem que tenho a grande honra de lhes fazer.

Ao assinar os documentos que nos unem às Comunidades e que marcam o fim das nossas negociações, quero reafirmar a firme intenção de Portugal em participar na grande obra empreendida pelas Comunidades e a nossa profunda convicção de que o conjunto de acordos que acabámos de assinar hoje constitui um escalão muito importante na concretização dos nossos esforços para o fortalecimento do nosso continente e o progresso dos nossos povos.